

GOVERNAMENTALIDADE E O PROJETO EDUCAR/PE:

Neoliberalismo e capital humano em discussão

Paula Rejane Lisboa da Rocha (UFAL) – paula.lisboah@gmail.com

Laura Cristina Vieira Pizzi (UFAL) – lcvpizzi@hotmail.com

Resumo:

Este artigo procura desenvolver uma reflexão da educação por meio do conceito de governamentalidade e a crítica ao projeto neoliberal, inspirada em Michel Foucault. Partindo dessa perspectiva, nos propomos a analisar a implantação do Projeto de “Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública no Estado de Pernambuco” (Projeto EDUCAR), financiado pelo Banco Mundial enquanto investimento na formação do capital humano do Estado de Pernambuco. Entendemos que a fusão na governamentalidade neoliberal, da clássica concepção do *homo oeconomicus* e da chamada teoria do “capital humano”, incitam o empresariamento da vida e a educação passa a ser valorizada e investida pelo indivíduo, pelas empresas e pelo Estado, com vista a melhorar este capital humano. Esse arranjo inaugura um novo modo de situar a educação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Projeto EDUCAR/PE; Governamentalidade; Neoliberalismo; Capital Humano.

GOVERNAMENTALITY AND THE PROJECT EDUCAR/PE: NEOLIBERALISM AND

HUMAN CAPITAL IN DISCUSSION

This article seeks to develop a reflection of education through the concept of governmentality and critique of the neoliberal project, inspired by Michael Foucault. From this perspective, we propose to analyze the implementation of the Project “Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública no Estado de Pernambuco” (Projeto EDUCAR), financed by the World Bank as an investment in education of human capital for the State of Pernambuco. We understand that the fusion of neoliberal governmentality and the classic concept of *homo economicus*, and the so-called theory of “human capital” encourage the entrepreneurial of life and the education shall be valued and investment, by individuals, by companies and by the State, in order to improve the human capital. This arrangement opens a new way of situating education in contemporary society.

Key-words: EDUCAR/PE Project; Governmentality; Neoliberalism; Human Capital.

INTRODUÇÃO

No trânsito histórico percorrido pelo (neo)liberalismo¹, as políticas educacionais não ficam imunes à sua influência. Utilizando as palavras de Veiga-Neto (2000, p. 191) [...] “o liberalismo foi —e o neoliberalismo continua sendo— uma prática, uma “maneira de fazer” política”. Desta forma, ao presenciarmos um avanço dos ideais neoliberais após a década de 1970, tem início uma pregação contrária ao estado de bem-estar-social² fundado na concepção keynesiana que havia dominado as políticas macroeconômicas desde o pós-guerra. Nas décadas que seguem os anos 70, devido ao declínio das taxas de crescimento de acumulação capitalista, ajustes estruturais em meio as ameaças de moratória, transformam o Banco Mundial “de um banco de desenvolvimento, indutor de investimentos [...] em um guardião dos interesses dos grandes credores internacionais”. (SOARES, 2000, p. 20-21).

Não sendo nossa pretensão inventariar a história de atuação do Banco Mundial no Brasil e sua influência na educação brasileira, enfatizaremos sua presença a partir dos anos 80 até o presente momento, buscando mostrar sua dinâmica, seus recuos e fortalecimentos e sua presença no Brasil, através das políticas públicas da educação. Com o limiar da década de 90, ficam enfáticos os cortes nos gastos públicos, visando o pagamento dos empréstimos. Disparam as privatizações, a flexibilidade para os investimentos estrangeiros, entre outras medidas que se estabeleceram no Brasil com base nos ideais neoliberais. O reflexo dessas medidas de ajuste, podem ser sentidas na elevação das desigualdades sociais e econômicas globais. No campo educacional, priorizar as orientações dos bancos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional³) para o desenvolvimento das políticas educativas, implicou adequar a

¹ De acordo com Veiga-Neto (2000, p. 180) para “Foucault o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar, em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil, de modo que “para governar mais, é preciso governar menos”.

² A construção do Estado de Bem-Estar foi resultado de políticas intervencionistas dos governos, a fim de promover uma certa redistribuição dos recursos e da riqueza. (SANTOMÉ, 2003, p.15)

³ Junto com o Banco Mundial, o FMI é o órgão que está desempenhando o papel mais importante para restringir o poder dos Estados. Curiosamente, apesar de reconhecerem que a melhor maneira de intervir é por meio dos próprios Estados – por isso, apóiam-se neles para forçar, em seus territórios,

Debates em Educação

educação para atender a lógica do mercado competitivo neoliberal, em ascensão desde meados dos anos 80 e impulsionadas nos anos 90.

No desenvolvimento deste texto, optamos inicialmente por empregar o conceito de governamentalidade desenvolvida por Michel Foucault (2008a), entendendo que esse conceito, quando analisado na área educacional, em tempos de neoliberalismo, cria expectativas em torno da produção de um ensino voltado para atender a produtividade máxima, potencializando o chamado capital humano. O desenvolvimento e propagação da teoria do capital humano, tem como precursores os economistas norte-americanos da Escola de Chicago a partir da década de 1960, sendo analisada como relacionada a biopolítica e a governamentalidade neoliberal, questões caras para Michel Foucault.

No tocante à influência da governamentalidade neoliberal na educação, Foucault (2008b), ressalta que o *homo oeconomicus* da troca, é substituído pelo *homo oeconomicus* empresário de si mesmo. O aparecimento do *homo oeconomicus* no desenvolvimento do liberalismo para o neoliberalismo propicia um acirramento da concorrência nas relações humanas. Portanto, a fusão da clássica concepção do *homo oeconomicus* com a chamada teoria do capital humano, visa estimular o empresariamento da vida e a educação passa a ser direcionada pelas orientações do mercado.

Esse será o ponto de partida para direcionar nosso olhar para tratarmos da implantação de projetos educacionais pelo Banco Mundial. Analisamos o Projeto de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Estado de Pernambuco (projeto EDUCAR), aprovado em 2009, tendo o Banco Mundial como financiador. Gostaríamos de ressaltar que, ao que nos parece, no decorrer dos primeiros anos do século XXI, a interferência das políticas e financiamento advindos do Banco Mundial diminui no cenário das políticas federais e começa a se voltar mais para os Estados brasileiros, como é o caso do projeto discutido aqui.

políticas de ajuste muito duras, como a redução do déficit público e o desmantelamento dos setores públicos, para transferi-los para mãos privadas (apesar dos protestos de amplos setores sociais) -, o seu objetivo é tentar minar todo o seu poder. (SANTOMÉ, 2003, p.17)

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE GOVERNAMENTALIDADE

O conceito de governamentalidade é mencionado e desenvolvido pela primeira vez por Michel Foucault nos cursos proferidos no *Collège de France* entre 1977 e 1979, intitulados respectivamente, *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). No primeiro curso, Foucault deixa emergir progressivamente a governamentalidade enquanto forma de governo, reescrevendo de forma ampliada a arte de governar e as questões da biopolítica, com base no que chamou de governamentalidade.

Ao tratar da governamentalidade, Doherty (2008, p. 204) entende que, para Foucault, o conceito “é um prisma que ilumina um estrato particular de investigação, uma perspectiva que examina, com um olhar histórico, o governar, como uma atividade deliberada, propositada e técnica, dirigida ao sujeito, à sociedade ou a alguma subdivisão categorizada do corpo social”. A novidade desse curso, para Gadelha (2008, p. 120) “é a de proceder a uma leitura da biopolítica, tomando como fio condutor a noção de *governo*”.

No segundo curso, prosseguindo com as análises da governamentalidade enquanto forma de governo, temas como liberalismo e posteriormente o neoliberalismo (sobretudo nas suas versões alemãs e norte-americanas), são analisadas pelo autor. De acordo com Fimyar (2009), o que Foucault passa a analisar são processos interdependentes, nos quais se destaca a preocupação em como as formas repressivas e centralizadas de poder do Estado, nas últimas centenas de anos, passaram do poder soberano para formas mais descentralizadas e difusas (não significando que sejam mais democráticas) de poder, sendo exercidas por instituições e sujeitos.

Historicamente, a governamentalidade pode ser entendida como uma passagem das virtudes tradicionais da arte de governar, para os princípios baseados na racionalidade do Estado, derivada da triangulação soberania-disciplina-governo (FOUCAULT, 2008a). Vejamos a citação a seguir:

Debates em Educação

Passamos de uma arte de governar cujos princípios advinham de virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, liberdade, respeito às leis divinas e a costumes humanos) ou de habilidades comuns (prudência, decisões ponderadas, cuidado de acercar-se dos melhores conselheiros) a uma arte de governar que encontra no Estado os princípios de sua racionalidade e o âmbito específico de suas aplicações. (FOUCAULT, 2008a, p. 364)

Pensar o conceito de governamentalidade na sua trajetória histórica, exige cautela para não nos remetermos a um pensamento de sucessão linear e mecânica. Em outras palavras, de uma sociedade de soberania, para uma sociedade disciplinar e/ou pela sociedade de controle, governamentalizada. A soberania e a disciplina são indispensáveis para gerir a população na medida em que não há substituição de uma sociedade baseada na soberania, por uma disciplinar e desta para a governamentalidade. Foucault (1979, p.292) destaca esses aspectos afirmando que “trata-se de um triângulo: soberania–disciplina–gestão governamental”. O fato de se constituir de facetas triangulares, não significa que ocorrem simultanea e indistintamente, mas cooperativamente entre as diversas instituições sociais.

Estamos de acordo com Candiotto (2010, p. 39) ao afirmar que, “quando ele identificou a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, ele não afirmou o desaparecimento do *modus operandi* da sociedade as soberania; igualmente, uma sociedade governamentalizada não substitui a sociedade disciplinar”.

Quando nos remetendo ao século XVIII, com Foucault, a governamentalidade aparece como forma de governo sobre a vida humana. Essa arte de governar seres humanos, para o autor, irá se exercer como biopoder, ou seja, como poder sobre a vida. Mas o que é a governamentalidade? Foucault assina como sendo entendido por três coisas, a saber:

Um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à proeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania,

Debates em Educação

disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 1979, p. 292)

O entendimento do conceito de governamentalidade adotado por Foucault, evidencia o seu caráter eminentemente político e demonstra que foi paulatinamente o Estado que tornou-se governamentalizado. E, “neste sentido, governar leva à consideração da profusão de técnicas, esquemas, estruturas e idéias deliberadamente mobilizadas na tentativa de direcionar ou influenciar a conduta dos outros”. (DOHERTY, 2008, p. 204).

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL NORTE-AMERICANA E A EDUCAÇÃO

Será nos Estados Unidos, na chamada Escola de Chicago⁴, mais precisamente na década de 1960, que os representantes locais do neoliberalismo passam a pensar a potencialidade individual humana para servir ao capital, recorrendo a um pensamento de empresariamento da vida, via teoria do Capital Humano.

No livro *Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*, publicado nos EUA em 1969, Theodore W. Schultz, um dos fundadores da teoria do Capital Humano e Nobel de Economia (1979), introduziu uma forma de análise da economia que ultrapassou os estudos dos mecanismos de produção, de troca e consumo, que dominavam o pensamento econômico até então. Para López-Ruiz (2008, p. 128) “O novo objeto passa a ser a análise e o estudo da forma por meio do qual os indivíduos destinam recursos raros para fins alternativos (para fins que concorrem entre si por esses recursos)”. Pensarmos a condição da educação, a partir da lógica da teoria do

⁴ Originalmente, o termo “Escola de Chicago” surgiu na década de 1950, aludindo às ideias de alguns professores que, sob influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto ao departamento de Economia da Universidade de Chicago [...] Por outro lado, o termo remete também a um grupo de economistas que, a partir do início da década de 1960, influenciado por Milton Friedman (Nobel de 1976), George Stigler (Nobel de 1982) e seus discípulos, além de servir de arauto à defesa do livre comércio, refutava e rejeitava os princípios da doutrina Keynesiana. (GADELHA, 2009, p. 145)

Debates em Educação

Capital Humano, nos conduz a compreender como as modificações no campo econômico têm ganhado força no contexto educacional, na medida em que os investimentos em educação ao longo da vida são crescentes, atendendo as exigências do mercado capitalista neoliberal.

Os discursos da governamentalidade neoliberal na educação, incitam o empresariamento da vida. Somos chamados a produzir o nosso sucesso, somos responsáveis pelo nosso êxito pessoal e profissional, somos estimulados a produzir o chamado capital humano, ou seja, esse acúmulo de habilidades, capacidades e aptidões que

[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas nas quais existem, e se articular (alinhar) em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o “humano”, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista. (LÓPEZ-RUIZ, apud GADELHA, 2009, p. 146)

Foucault (2008b) afirma que, com uma forma biopolítica sutil de controle da população via governamentalidade, a fusão no neoliberalismo, da clássica concepção do *homo economicus* e da chamada teoria do Capital Humano, gera um entendimento do *homo oeconomicus* diferente daquele anterior a década de 70, pois a partir dos anos que se seguem, somos instigados a ampliar as nossas capacidades e habilidades para competirmos no concorrido mercado de trabalho.

Com o “novo” *homo oeconomicus*, não temos mais um empreendedor qualquer, temos um empreendedor dentro de nós mesmos. Aquele sujeito produtor e de trocas de mercadorias no mercado, dá espaço a um sujeito capaz de empresariar a si mesmo, tornando-se cada vez mais uma mercadoria auto-produzida. Esse empresariamento de si, através do seu capital humano, permite que os indivíduos produzam seu capital, sua renda e suas formas de vida. Para Foucault (2008b, p. 311):

Debates em Educação

O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro de troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.

A partir dessa lógica do *homo oeconomicus* enquanto empresário de si, a produção da própria renda começa a depender da sua competência-máquina (FOUCAULT, 2008b), que está associada ao indivíduo produtor do seu capital humano. Para os neoliberais essa competência chamada de capital humano, precisa receber investimentos educacionais direcionando os indivíduos para o mercado de trabalho. Foucault (2008b, p. 315) infere:

Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais.

Os investimentos educacionais produtores de capital humano em uma economia neoliberal, não cessa com o aprendizado escolar e profissional. A constituição do capital humano, ainda para Foucault (2008b, p. 315) “são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional”. Esse investimento que vai constituir a competência-máquina, leva em consideração a dedicação de tempo que a família dedica para o filho, desde a sua infância, pois o tempo de criação que os pais consagram aos filhos “deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano” (idem).

Neste sentido, pais com um nível cultural mais elevado, permitem mais facilmente que seus filhos tenham acesso a elementos capazes de elevar o seu capital humano e cultural. Outros aspectos que para Foucault (2008b) permite potencializar o capital humano, são respectivamente, o cuidado com a saúde e a possibilidade de migração/deslocamento dos indivíduos.

Debates em Educação

A educação com base nesta governamentalidade neoliberal, passa a ser considerada tanto pelo sujeito, quanto pelas empresas e Estado como um investimento capaz de elevar o capital humano. Partindo de uma análise teórica e histórica do crescimento econômico nos últimos cinquenta anos, a explicação, segundo Foucault (2008b, p. 118) “não pode ser em absoluto explicado simplesmente [a partir] das variáveis da análise clássica, isto é, a terra, o capital e o trabalho, entendido como tempo de trabalho, isto é, em número de trabalhadores e em número de horas”. Em detrimento dos investimentos em estrutura física e quantitativo de funcionários, a preocupação com capital humano passa a receber maiores investimentos.

[...] Os princípios de uma política de crescimento que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro], mas uma política de crescimento que será centrada muito precisamente numa das coisas que o ocidente, justamente, pode modificar com maior facilidade e que vai ser a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. (FOUCAULT, 2008b, p. 118)

Com o objetivo de estimular o crescimento da renda através do aumento do capital humano, essa permanente busca de atualização torna o indivíduo sujeitado aos interesses econômicos, pois as orientações econômicas, educacionais, sociais, culminam para elevar esse controle partindo da governamentalidade neoliberal.

É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos. Do mesmo modo, também, a partir desse problema do capital humano, podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo. E a não-decolagem da economia do terceiro mundo, como vocês sabem muito bem, está sendo repensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano. (FOUCAULT, 2008b, p. 319)

Repensar a educação visando a melhoria da economia dos países pobres ou em desenvolvimento, significa maior preocupação e investimento em formação do capital humano. Nos últimos tempos, presenciamos o aumento do desenvolvimento de

Debates em Educação

projetos educacionais financiados no Brasil pelo Banco Mundial (BM), organismo internacional criado em 1944 na conferência de Bretton Woods, inicialmente voltado para ajudar na reconstrução das economias devastadas pela guerra e conceder empréstimos aos setores privados. Porém, com a emergência da guerra fria, sua atuação é ampliada, passando a desempenhar assistência econômica, política e militar, para os países então chamados de terceiro mundo.

Desde a sua criação, o Banco mundial passou por muitas mudanças, “seja em termos de ênfase de políticas, alocação setorial de recursos ou prioridades em termos de países e importância política” (SOARES, 2000, p. 15). Do montante de empréstimos destinados ao Brasil, fazendo um panorama histórico da década de 70 e 80, a avaliação segundo Soares (2000) é negativa, pois presenciamos na década de 90, um agravamento da miséria no país.

Também no Brasil o Banco Mundial vem exercendo profunda influência no processo de desenvolvimento. Durante o período de expansão da economia, que perdurou até o final dos anos 70, o Banco Mundial promoveu a “modernização” do campo e financiou um conjunto de grandes projetos industriais e de infra-estrutura no país, que contribuíram para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e danoso ao meio ambiente. Nos anos 80, com a emergência da crise de endividamento, o banco mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como a influenciar crescentemente a própria legislação brasileira. As políticas recessivas acordadas com o FMI e os programas de liberalização e desregulamentação da economia brasileira estimulados pelo Banco Mundial levaram o país a apresentar, no início dos anos 90, um quadro de agravamento da miséria e da exclusão de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. (SOARES, 2000, p. 17)

No entanto, o Brasil não reduziu sua parceria com o Banco Mundial, pois na atual fase de acumulação capitalista, ampliar a concessão de empréstimos para o setor educacional, significa elevar os investimentos em capital humano visando à melhoria da economia e a redução da pobreza. E como sabemos, a economia tende a crescer, mas a educação do país não corresponde a esse crescimento.

Debates em Educação

Nesse sentido, “[...] o Banco Mundial vem dando ênfase especial a educação, vista não apenas como instrumento de redução de pobreza, mas principalmente como fator essencial para a formação do “capital humano” (SOARES, 2000, p. 30). É importante compreender que sendo crescente a participação do Banco Mundial nos financiamentos de projetos educacionais, as orientações com base na governamentalidade neoliberal criam expectativas em torno da produção de um ensino voltado para atender a produtividade máxima.

BANCO MUNDIAL E EDUCAÇÃO: BREVES COMENTÁRIOS

O documento publicado recentemente pelo Banco Mundial, intitulado *Brasil: uma parceria de resultados (ano fiscal de 2011)* resume as operações e resultados recentes da parceria do Banco Mundial no Brasil. Ainda no prefácio, o senegalês Makhta Diop, atual diretor do Banco Mundial para o Brasil, data a existência e permanência da parceria ao dizer: “O Banco Mundial é o maior parceiro do Brasil a mais de sessenta anos. O país tem uma das maiores carteiras de projetos com o Banco e o segundo maior volume total de financiamentos” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 3).

O Banco financia prioritariamente projetos nas áreas de desenvolvimento econômico e social, atualmente há 66 projetos de empréstimos do Bird em atividade, totalizando mais de 10 bilhões de dólares em financiamentos (BANCO MUNDIAL, 2010). Para começar a tratar da gestão estratégica do Banco Mundial, é preciso considerar que a cada quadriênio suas orientações e atuação são revistas, cujo objetivo é o ajustamento ao contexto econômico e social dos países.

Destacamos que o Banco Mundial (2010) considera participativa a elaboração dessas estratégias, pois tanto o setor governamental, o privado, os movimentos sociais e ambientais são consultados. Mas nem sempre foi assim que funcionou. De acordo com Gonçalves (2009, p. 4) “durante décadas, as Instituições Financeiras Multilaterais definiram estratégias para os países sem que a sociedade civil, nem sequer os Parlamentos, tomassem ciência de seus conteúdos”. Neste caso, os documentos

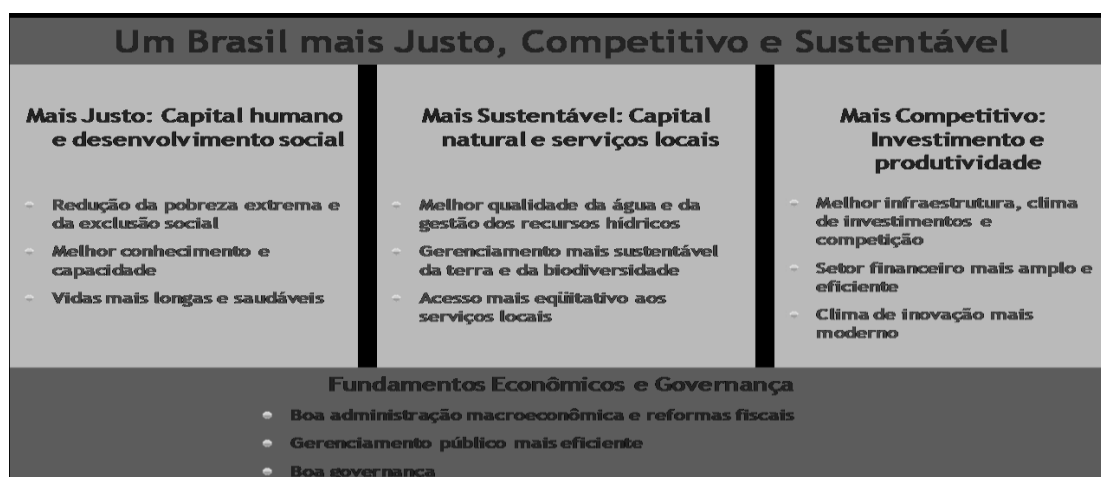
Debates em Educação

apresentavam forte restrição de divulgação e de diálogo com os setores sociais, contrastando assim, com a fina sintonia entre Banco Mundial e o governo brasileiro.

As atuais estratégias de parceria vigentes no Brasil para o período de 2008 a junho de 2011 estão estruturadas nos seguintes pilares: “equidade, sustentabilidade e competitividade — apoiados sobre uma fundação de políticas econômicas e de governança” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 4).

No quadro 1, essas estratégias são tratadas pelo Banco Mundial de forma pormenorizada. O mais relevante nesse quadro para o que nos propomos a discutir, diz respeito inicialmente à forma como o chamado capital humano tem sido atrelado ao desenvolvimento econômico. Para Frigotto (2010) não há sociedade para a lógica do mercado flexível, há indivíduos em competição. Significa, em outras palavras, que transformar o Brasil num país mais “justo e competitivo” internacionalmente, requer um tipo de educação que acirre o empresariamento individual e a competitividade da força de trabalho.

QUADRO 1 – Estratégias Estruturantes do Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial, Brasil: uma parceria de resultados - Ano fiscal 2011, 2010, p. 4.

Na educação brasileira não é nova na ‘cooperação técnica e financeira’ do Banco. Desde a primeira metade dos anos 70 presenciamos as suas formas atuação, caracterizadas como novas carteiras de projetos e dizem respeito à natureza e a

Debates em Educação

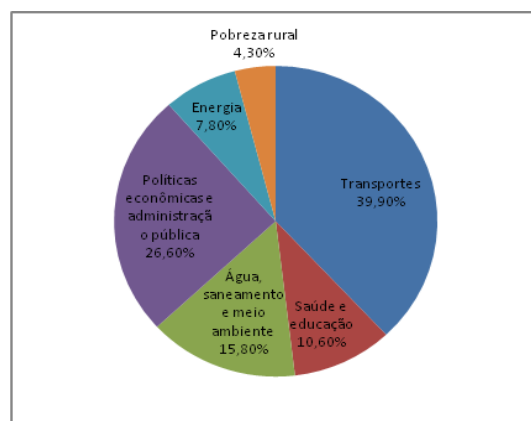
dimensão da sua influência, tanto pelo volume de recursos aplicados, quanto, e principalmente, pelo impacto das suas orientações nas reformas educacionais (HADDAD ; WARDE, 2000).

Essa relação entre o Banco Mundial e a educação, acontece prioritariamente com o Governo Federal e com outros estados como: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Bahia. Analisando a concessão de empréstimos pelo Banco Mundial na atual gestão estratégica (2008-2011), Gonçalves (2009, p. 10) afirma que “há um evidente deslocamento do financiamento de projetos e programas do governo federal para os governos estaduais”. No Brasil, os Estados estão se tornando os receptores das políticas do Banco Mundial e seus empréstimos.

O PROJETO EDUCAR PERNAMBUCO

Dos financiamentos em execução no Brasil pelo Banco Mundial, o setor educacional aparece junto com a saúde recebendo um montante de 10,6% dos empréstimos (ver gráfico 1). De acordo com o documento divulgado pelo Banco Mundial (2010), dos projetos educacionais financiados no Brasil pelo banco, encontra-se atualmente em andamento o Gestão Multissetorial no Distrito Federal, o Pró-Gestão no Rio de Janeiro e o EDUCAR em Pernambuco.

GRÁFICO 1: Financiamentos em execução por setor (ano fiscal de 2011)



Fonte: Banco Mundial, Brasil: uma parceria de resultados - Ano fiscal 2011, 2010, p. 3.

Debates em Educação

Projeto de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Estado de Pernambuco (Projeto EDUCAR), aprovado em 2009, conta com um financiamento de US\$ 154 milhões provenientes do Banco Mundial e com duração prevista para execução de quatro anos. Segundo divulgação da Secretaria de Educação do Estado⁵ (ver quadro 2), da parcela relativa ao empréstimo de US\$ 154 milhões, dos quais US\$ 3.6 serão destinados à assistência técnica e o restante do montante será aplicado em investimentos setoriais da educação, buscando elevar a eficiência dos resultados disseminando um sistema de monitoramento e avaliação de desempenho. O valor total do Projeto é equivalente a US\$ 656.630 milhões, dos quais US\$ 502.630 milhões são provenientes de recursos do orçamento do Estado de Pernambuco a serem desembolsados durante os quatro anos do Projeto (PERNAMBUCO, 2010).

QUADRO 2 – Percentual das despesas financiáveis com os recursos do empréstimo

Categoria	Valor alocado pelo Empréstimo (US\$'000)	Percentual financiável do gasto (%)
Componente I – obras civis, equipamentos, treinamento	150.000.0	50
Componente II - bens, serviços não de consultoria, serviços de consultoria, treinamento e custos operacionais	3.615.0	100
<i>Front-end fee</i>	385.0	De acordo com a Seção 2.3 do Acordo de Empréstimo, conforme Seção 2.07 (b) das Condições Gerais dos empréstimos do Banco
TOTAL	154.000.0	

Fonte: Projeto EDUCAR - Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/?pag=1&men=45>.

O Projeto EDUCAR tem como foco, implantar reformas gerenciais no setor público e atuar no desenvolvimento da educação. Apresenta como principais objetivos:

- Melhorar a qualidade, a eficiência e a equidade da educação pública em Pernambuco; e

⁵ Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/?pag=1&men=16>.

Debates em Educação

- Proporcionar reformas gerenciais que conduzam a uma maior eficiência no uso dos recursos públicos no setor Educação.

Para que os objetivos do projeto sejam alcançados, as intervenções para sua implantação são realizadas junto à Secretaria de Educação (SE), à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e à Secretaria de Administração (SAD). De acordo com os objetivos do Projeto, as atividades previstas visam à melhoria dos resultados educacionais do estado e o estabelecimento de bases para reformas na gestão do setor público, na educação e em outras áreas do Governo de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2010).

O Projeto EDUCAR prevê ações que corroboram com as reformas gerenciais e de implantação imediata no setor da educação, entre as ações, constata-se a implementação de atividades técnicas, padronização dos currículos, ações de monitoramento e de avaliação por desempenho dos/as docentes. Desse modo, o projeto encontra-se dividido em dois componentes gerais: na melhoria da educação básica e no aperfeiçoamento da gestão do setor público, o quadro 3 demonstra de forma pormenorizada tais componentes, subcomponentes e sua descrição.

QUADRO 3 – Componentes e subcomponentes do Projeto EDUCAR

Componente/Subcomponente	Descrição
COMPONENTE I Melhoria da Educação Básica	Busca a superação de questões educacionais prioritárias do Estado – eficiência, equidade e melhoria do desempenho setorial, através de ações preventivas e medidas corretivas. Monitora e dissemina os resultados de avaliações de desempenho.
Subcomponente 01 Programa Padrões Básicos	Adoção dos padrões básicos nas escolas estaduais de todos os níveis de ensino, através de melhorias na infraestrutura das escolas, equipamentos e disponibilidade e qualidade dos professores.
Subcomponente 02 Programa de Alfabetização	Alfabetização dos estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental com disponibilização de tutores para a capacitação de seus professores
Subcomponente 03 Programa de Correção de Fluxo	Superação da distorção idade-série no ensino fundamental e no ensino médio
Subcomponente 04 Monitoramento e Avaliação	Aperfeiçoamento e implementação da sistemática de monitoramento e avaliação, incluindo o desempenho dos alunos, visando avaliar as políticas educacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio
COMPONENTE II Aperfeiçoamento da Gestão do Setor Público (Assistência Técnica)	Desenvolvimento de ações visando à melhoria da gestão pública estadual, com ênfase no setor Educação
Subcomponente 01 Ações relativas à Gestão do Setor Público em geral	Fortalecimento da capacidade da gestão estadual no campo das licitações e da gestão financeira e nas ações de coordenação governamental, monitoramento e avaliação de programas, com ênfase no setor Educação.
Subcomponente 02 Ações relativas à Gestão no Setor	Aplicação do planejamento estratégico setorial para a educação e realização de estudos voltados para a melhoria da eficiência gerencial no

Debates em Educação

Componente/Subcomponente	Descrição
Educação	setor Educação.
Subcomponente 03	Provisão de assistência técnica, de financiamento dos custos operacionais incrementais e de bens e equipamentos demandados pela atividade de coordenação do Projeto
Apoio à Coordenação do Projeto	coordenação do Projeto

Fonte: Projeto EDUCAR - Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/?pag=1&men=45>.

O Banco Mundial, ao justificar a relevância da implantação do Projeto EDUCAR na sua página na internet declara: “O novo projeto impulsionará uma nova agenda de crescimento para o Estado, concentrada em duas estratégias interligadas” (BANCO MUNDIAL, 2010, s/p.), a saber: “A construção de capital humano para aumentar as oportunidades para a população de baixa renda, aprimorar a qualificação e a competitividade da força de trabalho” e o “aumento da eficiência no uso dos recursos públicos e na qualidade dos serviços oferecidos à população, aumentando acesso e reduzindo custos” (BANCO MUNDIAL, 2010, s/p.). Em entrevista publicada no site do Banco Mundial, o governador de Pernambuco Eduardo Campos, ao avaliar a implantação do programa e as estratégias dirigidas pelo Banco para sua execução conclui:

O governo de Pernambuco vem trabalhando para elevar os padrões de educação pública no Estado. Para isso, aumentou os investimentos em infraestrutura e na qualificação da gestão. Este novo programa nos dará os meios necessários para levar adiante a desafiadora tarefa de oferecer educação de qualidade às nossas crianças e aos nossos jovens. Em meio ao cenário adverso da crise financeira internacional, Pernambuco continua gerando empregos e oportunidades, e nossa população precisa estar preparada para aproveitar as oportunidades que vão surgindo. (2010, s/p.)

A educação é tratada pelo Banco Mundial como capaz de amenizar as tensões no setor social, reduzir a pobreza, a demografia, elevar o aumento da produtividade individual e do capital nessa nova fase de acumulação capitalista. De fato, esse tem sido o argumento predominante e, de certa forma, permanente do órgão para justificar sua atuação nas regiões e países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Debates em Educação

Mas, o que isso efetivamente quer dizer? Por certo, nos países considerados desenvolvidos, tanto as políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais, veem os investimentos no capital humano como uma garantia de melhoria da competitividade e da produtividade do setor econômico. Essa lógica ultrapassando as fronteiras, buscando ganhar respaldo nas economias em desenvolvimento, como no Brasil.

Para a economia baseada na governamentalidade neoliberal, os entraves dos problemas econômicos podem ser resolvidos através da educação. Então, a bandeira da “educação para todos” passa a ser levantada através dos discursos oficiais e as políticas educacionais são conduzidas a partir da lógica do mercado. Dado o devido respaldo aos investimentos em capital humano, é preciso empresariar a vida, ser um *homo oeconomicus* no seu “novo” significado, é preciso vencer a competitividade do mercado por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agir sobre a população com o objetivo de estimular e garantir que haja capital humano é a meta da governamentalidade neoliberal. A governamentalidade funciona como um biopoder, um poder sobre a vida, logo, a atenção se volta para manutenção de sujeitos saudáveis e produtivos. A educação, nessa governamentalidade neoliberal, passa a ser investida e valorizada em busca de elevar o chamado “capital humano” individual.

Assistimos, com as orientações do Banco Mundial para a implantação do projeto EDUCAR, uma acirrada competição para a formação de sujeitos produtivos e empreendedores. Neste sentido, os investimentos no chamado capital humano pelo Banco Mundial, passam a atender a nova lógica do mercado. Essa condução dos sujeitos pela educação na perspectiva da governamentalidade permite que os sistemas educacionais sejam cada vez mais direcionados pelos interesses econômicos e na produção de sujeitos portadores de competências capazes de gerirem suas próprias rendas.

Debates em Educação

Para finalizarmos, compartilhamos do pensamento de Veiga-Neto (2000, p. 183) quando diz que “o sujeito ideal do neoliberalismo é aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor, fazendo suas próprias escolhas e aquisições”. Os resultados dessa política já se fazem sentir.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Brasil: uma parceria de resultados - Ano fiscal 2011**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/brazilinpoextn/resources/3817166-1268664407478/parceria_resultados_fy11.pdf>. acesso em 25 jun 2010.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/wbsite/external/homeportuguese/extpaises/extlacinpor/brazilinpoextn/0,,contentmdk:22532566~menuupk:3817263~pagepk:1497618~pipk:217854~thesitepk:3817167,00.html>>. Acesso em 29 jun 2010.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**. 1996, vol.2, n.2, pp. 177-188. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a08.pdf>> Acesso em 10 maio 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **A governamentalidade política no pensamento de Foucault**. Filosofia Unisinos. Disponível em: <<http://www.revistafilosofia.unisinos.br/pdf/169.pdf>> Jan/abr 2010. Acesso em 10 maio, 2010.

DOHERTY, A. Robert. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. IN: PETERS, Michael A. ; BESTEY, Tina (orgs). **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Porto Alegre: Artemed, 2008. p.201-212.

FIMYAR, Olena. **Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de Políticas Educacionais**. Revista Educação & Realidade, Mai/ago 2009, n. 34(2) p. 35-56. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/view/765>>. Acesso em 05 maio, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Debates em Educação

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Autêntica, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Banco Mundial no Brasil: da Guerra de Movimento à Guerra de Posição** - Análise do documento Estratégia de Parceria com o Brasil, 2008-2011. Brasília: Rede Brasil, 2009.

LOPEZ-RUIZ, Osvaldo. **A técnica como capital e o capital humano genético**. Novos estud. - *CEBRAP* [online]. 2008, n.80, pp. 127-139. <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a09n80.pdf>>. Acesso em 26 de dez, 2010.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado. 2010. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/educar/?pag=1>>. Acesso em 26 de dez, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia. WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

VANDRESEN, Daniel Dalécio. **Trabalho, capital humano e neoliberalismo**. Disponível em <<http://aufklarungsofia.wordpress.com/2010/08/13/trabalho-capital-humano-e-neoliberalismo/>>. Acesso em 10 de dez, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera & CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000.